

**ÁREA TEMÁTICA:** Finanças

**Análise do Impacto das Mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007**

**AUTORES**

**JOSUÉ PIRES BRAGA**

Universidade de São Paulo  
josuebraga@gmail.com

**MARCELO BICALHO VITURINO DE ARAUJO**

BACEN  
araujombv@usp.br

**MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
malvaro.facc.ufrj@gmail.com

**LUIZ JOÃO CORRAR**

Universidade de São Paulo  
ljcorrar@usp.br

O objetivo principal deste estudo consiste em comparar indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras de capital aberto, listadas na Bovespa, considerando as demonstrações do exercício de 2007 elaboradas com base nas “antigas” e nas “novas” práticas contábeis adotadas no Brasil e verificar a ocorrência de mudanças significativas nesses indicadores como consequência do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Foram efetuados testes de diferença de médias para os seguintes indicadores das 75 empresas da amostra: endividamento, rentabilidade, composição do endividamento, imobilização dos recursos não correntes e participação do resultado financeiro nas despesas operacionais. Além desses indicadores, foram analisados também os seguintes componentes contábeis: ativo imobilizado e lucro líquido. As evidências empíricas apontam que houve mudança significativa (aumento) apenas no índice de endividamento com a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2007 de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Já com relação aos indicadores de rentabilidade, de composição do endividamento, de imobilização dos recursos não correntes e de participação do resultado financeiro nas despesas operacionais, e aos componentes ativo imobilizado e lucro líquido, não percebe-se indícios de diferença significativa nos valores oriundos das demonstrações de 2007 “originais” e “reapresentadas”.

Indicadores econômico-financeiros; IFRS; Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

The main objective of this study is to compare economic and financial indicators of Brazilian companies traded, listed on the Bovespa, considering the financial statements of 2007 prepared in accordance with the "old" and "new" accounting practices adopted in Brazil and to verify the occurrence of significant changes in these indicators as a result of the convergence process to international accounting standards. Tests were performed for mean

differences for the following indicators of the 75 companies in the sample: debt, profitability, debt composition, immobilization of non-current resources and participation of financial result in operating expenses. In addition to these indicators were also analyzed the following accounting components: fixed assets and net profit. Empirical evidence suggest a significant change (increase) only in the debt ratio with the restatement of 2007 financial statements in accordance with new accounting practices adopted in Brazil. Already with regard to the profitability, debt composition, immobilization of non-current resources and participation of the financial result in operating expenses, and the components fixed assets and net income, there is no evidence of significant differences in values derived from statements of 2007 "original" and "restatement".

Economic and Financial Indicators; IFRS; Convergence to International Accounting Standards.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a questão das possíveis mudanças ocorridas nos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras que rerepresentaram suas demonstrações contábeis referente ao exercício de 2007, em função das mudanças ocorridas nas normas contábeis brasileiras para o exercício de 2008. Destaca-se que se trata de uma pesquisa empírica, que tenta descrever e explicar o fenômeno investigado a partir do que é observado na realidade.

O contexto desta pesquisa é construído a partir das recentes alterações ocorridas no marco regulatório da contabilidade financeira brasileira. A Lei 11.638/07 trouxe consideráveis mudanças para as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas mudanças começaram a vigorar a partir do exercício de 2008, em sua primeira etapa, e a partir do exercício de 2010 para sua segunda e última etapa.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em suas normas exige que as demonstrações contábeis de um determinado exercício (X) sejam publicadas de forma comparativa com as do exercício anterior (X-1). Mas a comparabilidade nesse caso ficaria comprometida, pois as demonstrações do exercício de 2008 foram elaboradas com base em um conjunto de normas diferentes das que serviram de base para elaborar as demonstrações de 2007. As companhias para deixar as demonstrações de 2007 e 2008 em bases comparativas deveriam retroagir a vigência da Lei 11.638/07 para o início de 2007.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio do Pronunciamento Técnico CPC 13 [Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08] possibilitou às companhias não retroagir a vigência da Lei ao exercício de 2007, apenas determinando que as companhias que não publicassem as demonstrações de forma comparativa deveriam conciliar o lucro e o patrimônio líquido para ficarem de acordo com as novas práticas. A CVM adotou o referido Pronunciamento Técnico do CPC, permitindo às companhias a apresentação em 2009 das demonstrações contábeis referente ao exercício de 2008 de forma não comparativa com as demonstrações do exercício de 2007.

Pode-se observar empiricamente que, das empresas de capital aberto listadas na Bovespa, algumas empresas rerepresentaram voluntariamente as demonstrações contábeis do exercício de 2007, de maneira que as demonstrações desse exercício ficassem comparativas com as do exercício de 2008, enquanto outras não rerepresentaram suas demonstrações de 2007. Ressalta-se que o foco deste trabalho não está em explicar o porquê de algumas companhias terem rerepresentado voluntariamente suas demonstrações contábeis de 2007, mas tão somente utilizar estas empresas na análise do impacto das mudanças das normas contábeis, já que o mesmo exercício passa a ter suas demonstrações em dois GAPPs (*Generally Accepted Accounting Principles*): um com o padrão antigo (anterior à 11.638/07, a medida provisória 449/08 e aos primeiros CPC's) e outro com o padrão novo (como etapa intermediária do processo de convergência às normas internacionais).

Neste contexto, o problema de pesquisa tem foco em verificar se existe diferença estatisticamente significativa nos índices econômico-financeiros quando da implementação da convergência às normas internacionais (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

A questão que expressa o problema de pesquisa do presente estudo é: houve mudança significativa nos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras com a rerepresentação das demonstrações contábeis referentes ao período de 2007 de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil?

O objetivo deste trabalho consiste, então, em comparar indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras de capital aberto, listadas na Bovespa, considerando as demonstrações do exercício de 2007 elaboradas com base nas “antigas” e nas “novas” práticas contábeis adotadas no Brasil e verificar a ocorrência de mudanças significativas nesses

indicadores, como consequência deste processo de mudança com vistas a convergência ao padrão internacional.

A relevância e contribuição do presente estudo estão na possibilidade de se comparar as mesmas demonstrações com padrões diferentes: antes e depois da nova legislação. Com isso, pode-se isolar por completo os efeitos da primeira etapa do processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade ao padrão internacional. Isso pode mostrar aos usuários da contabilidade o quanto as mudanças realmente impactam as informações contábeis, gerando com isso elementos e subsídios para que os mesmos possam reconhecer estes impactos em seus processos de decisão a partir das demonstrações contábeis.

## **2 MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL**

Esta seção do trabalho analisa as mudanças ocorridas no marco regulatório da contabilidade financeira por meio da promulgação da Lei 11.638/07, MP 449/08 e Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As mudanças analisadas serão apenas aquelas com vigência para o exercício de 2008, tendo em vista o objetivo de comparar indicadores econômico-financeiros relativos às demonstrações contábeis do exercício de 2007 antes e depois das mudanças e verificar possíveis alterações nesses indicadores. Com isso, o foco do presente estudo recairá sobre aspectos relacionados ao reconhecimento e à mensuração dos elementos das demonstrações contábeis que sofreram alterações, pois são essas mudanças que têm o potencial de alterar a composição das rubricas e, consequentemente, alterar os indicadores que as têm como base de cálculo.

A Lei 11.638/07 promoveu uma série de mudanças na legislação que rege as práticas contábeis brasileiras. A principal razão para essas mudanças é o processo de convergência dos padrões contábeis locais para os internacionais. Com a Lei 11.638/07, o precedente legal necessário para a consecução dessa convergência dos padrões contábeis foi estabelecido. O § 5º do art. 177 da Lei 6.404/76 determina que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários. Destaca-se que as normas da CVM alcançam apenas as companhias abertas, mas a Lei 6.404/76 coloca que as companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações contábil-financeiras expedidas pela CVM.

A MP 449/08 também trouxe mudanças. Pode-se considerar que a principal delas é a instituição do Regime Tributário de Transição (RTT). Esse regime tem por objetivo assegurar a neutralidade tributária do processo de convergência às normas contábeis internacionais. Além do RTT, a referida MP alterou alguns dispositivos da Lei 6.404/76 que a Lei 11.638/07 não foi capaz de mudar, isso por ter sido promulgada com certa defasagem em decorrência de ser um projeto do ano 2000 (Projeto de Lei 3.741/00).

Ao ter em vista o já comentado processo de convergência dos padrões contábeis, a Lei 11.638/07 altera a Lei 6.385/76 (Lei da CVM) acrescentando um artigo que lança a possibilidade da CVM, Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras celebrarem convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria.

A entidade com a qual a CVM, Banco Central e demais órgãos e agências reguladoras celebraram convênio foi o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), instituído pela Resolução CFC 1.055/05. Até o exercício de 2008, o CPC emitiu um pronunciamento conceitual e 14 pronunciamentos técnicos com vigência a partir desse mesmo exercício, de acordo com as respectivas deliberações da CVM que os aprovaram. Destaca-se que o CPC não define a vigência de seus pronunciamentos. Isso é definido pelos órgãos que os adotam. Os pronunciamentos emitidos até 2008 e as deliberações da CVM que os aprovaram são apresentados no Quadro 1.

Conforme já comentado, o Pronunciamento Técnico CPC 13 desobrigou as entidades da reapresentação das demonstrações contábeis referente ao período mais antigo para fins de comparação, que nesse caso é o exercício de 2007. Sendo assim, as entidades devem definir a data de transição para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, que pode ser: (i) a abertura em 1º de janeiro de 2008 ou o encerramento em 31 de dezembro de 2007; ou, se optar por reapresentar demonstrações contábeis comparativas, (ii) a abertura em 1º de janeiro de 2007 ou o encerramento em 31 de dezembro de 2006. Para as companhias que optaram por reapresentar números comparativos, as alterações promovidas pela Lei 11.638/07, MP 449/08 e pronunciamentos do CPC deveriam ser implementadas a partir de 1º de janeiro de 2007.

**Quadro 1 – Pronunciamentos emitidos até 2008<sup>1</sup>.**

Pronunciamento Técnico	Deliberação CVM
Pronunciamento Conceitual Básico	539/08
CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos	527/07
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	534/08
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	547/08
CPC 04 – Ativo intangível	553/08
CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas	560/08
CPC 06 – Operações de arredamento mercantil	554/08
CPC 07 – Subvenção e assistência governamentais	555/08
CPC 08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08
CPC 09 – Demonstração do valor adicionado	557/08
CPC 10 – Pagamento baseado em ações	562/08
CPC 11 – Contratos de seguro	563/08
CPC 12 – Ajustes a valor presente	564/08
CPC 13 – Adoção inicial da Lei n°. 11.638/07 e da MP n°. 449/08	565/08
CPC 14 – Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação	566/08 <sup>2</sup>

**Fonte:** Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Elaborado pelos autores do estudo.

<sup>1</sup>O CPC emitiu ainda em 2008 a Orientação OCPC 01 – Entidades de Incorporação Imobiliária, que esclarece questões relacionadas às práticas contábeis adotadas por empresas de incorporação imobiliária.

<sup>2</sup>Revogada pela Deliberação CVM n°. 604, de 19 de novembro de 2009.

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), as mudanças mais relevantes que decorrem do processo de internacionalização dos padrões contábeis são as seguintes: primazia da essência sobre a forma, normas contábeis orientadas por princípios e necessidade do exercício do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade. Esses pontos não são explícitos nas leis que estão promovendo a mudança no marco regulatório da contabilidade brasileira, mas ao se considerar a natureza das normas que estão sendo adotadas tem-se que essa mudança de filosofia deve permear todo processo de convergência dos padrões contábeis.

De forma mais específica, em termos de questões contábeis mais concretas, tem-se sinteticamente os seguintes assuntos de maior relevância para este estudo, que sofreram mudanças, destacando basicamente mudanças em critérios de reconhecimento e mensuração: a) mensuração de instrumentos financeiros; b) avaliação de investimentos societários; c) reconhecimento de itens no ativo imobilizado; d) reconhecimento de itens no ativo intangível; e) não reconhecimento de itens no ativo diferido; e) reconhecimento do prêmio na emissão de debêntures como receita; f) reconhecimento dos gastos com emissão de ações no patrimônio líquido; g) reconhecimento das doações e subvenções governamentais como receita; h) impossibilidade da reavaliação de itens do ativo imobilizado; e i) ajuste a valor presente dos elementos do ativo e do passivo exigível de longo prazo.

A seguir são analisadas sinteticamente, com base nas disposições das leis 6.404/76 e 11.638/07, da MP 449/08 e dos Pronunciamentos do CPC, as mudanças no tratamento contábil a ser aplicado aos assuntos destacados.

**Mensuração de instrumentos financeiros.** Investimentos mantidos até o vencimento: mensurados pelo valor original acrescido dos rendimentos. Ativos e passivos financeiros destinados à negociação: mensurados pelo valor justo, sendo as variações reconhecidas no resultado do período. Ativos financeiros disponíveis para venda: mensurados pelo valor justo, sendo as variações reconhecidas no patrimônio líquido (ajustes de avaliação patrimonial). Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: investimentos (ativo circulante ou não circulante); patrimônio líquido; receitas ou despesas financeiras.

**Avaliação de investimentos societários.** Houve mudança na definição de coligada. O alcance da aplicação do método da equivalência patrimonial foi estendido. A partir dessas alterações, podem existir investimentos que eram avaliados pelo método do custo que passaram a ser avaliados pelo método da equivalência e vice-versa. As variações cambiais decorrentes de investimentos no exterior devem ser registradas em conta específica do patrimônio líquido. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: investimentos (ativo não circulante); resultado de equivalência patrimonial; patrimônio líquido.

**Reconhecimento de itens no ativo imobilizado.** Com as alterações ocorridas, itens não corpóreos que possivelmente estejam no imobilizado devem ser lançados no intangível. Além disso, operações de arrendamento mercantil financeiro devem passar a ser reconhecidas como ativo, pois envolvem a transferência de benefícios, riscos e controle. Deve ser analisado se o valor contábil do imobilizado (e de qualquer outro ativo) contém parcela não recuperável. Os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação devem ser revisados e ajustados. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: imobilizado (ativo não circulante); despesa de depreciação; despesa financeira (pela mudança no tratamento do arrendamento mercantil); reservas de lucros (por conta dos ajustes de exercícios anteriores).

**Reconhecimento de itens no ativo intangível.** Com as mudanças, itens não corpóreos que possivelmente estejam em outro grupo (imobilizado ou diferido) e que atendam a certos critérios devem ser registrados no ativo intangível. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: intangível (ativo não circulante).

**Não reconhecimento de itens no ativo diferido.** Esse grupo de contas foi extinto com a MP 449/08. Os saldos existentes devem ser reclassificados (se possível), baixados contra lucros ou prejuízos acumulados ou mantidos até serem totalmente amortizados. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: diferido (ativo não circulante); reservas de lucros (por conta dos ajustes de exercícios anteriores).

**Reconhecimento do prêmio na emissão de debêntures como receita.** Esse item deixa de ser reconhecido diretamente no patrimônio líquido como reserva de capital e passa a ser considerado como receita, sendo apropriado ao resultado de acordo com os prazos da dívida. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: receitas ou despesas financeiras.

**Reconhecimento dos gastos com emissão de ações no patrimônio líquido.** Esse item deixa de ser reconhecido diretamente no resultado do período e passa a ser lançado como conta retificadora do grupo capital social no patrimônio líquido. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: patrimônio líquido; resultado do período (pelo estorno dos gastos com emissão de ações).

**Reconhecimento das doações e subvenções governamentais como receita.** Esse item deixa de ser reconhecido diretamente no patrimônio líquido como reserva de capital e passa a ser considerado como receita, sendo apropriado ao resultado à medida que atender aos

critérios de reconhecimento. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: receita de doações e subvenções (ou de incentivos fiscais); patrimônio líquido.

**Impossibilidade da reavaliação de itens do ativo imobilizado.** O dispositivo legal que possibilitava a reavaliação de elementos do ativo foi revogado. Os saldos existentes na reserva de reavaliação poderiam ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei 11.638/07 entrasse em vigor. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: imobilizado (ativo não circulante); patrimônio líquido.

**Ajuste a valor presente dos elementos do ativo e do passivo exigível de longo prazo.** Com as alterações, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo e as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. Componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações sofridas neste ponto: realizável a longo prazo (ativo não circulante); passivo exigível (não circulante); receitas ou despesas financeiras.

Conforme salientado anteriormente, dado o objetivo do presente estudo, foram apresentadas de forma geral algumas questões que sofreram alterações, com destaque apenas àquelas relativas à mensuração e ao reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis. Por isso não foi citado, por exemplo, a adoção da Demonstração do Valor Adicionado pelas companhias abertas. Além disso, algumas questões por não serem muito significativas para a análise dos indicadores não foram elencadas, como a impossibilidade de manter saldo na conta lucros acumulados, por exemplo. Outros pontos também podem não ter sido abordados por esses ou outros motivos decorrentes do julgamento exercido no desenvolvimento deste estudo. Isso representa uma limitação aos resultados desta pesquisa.

### 3 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Matarazzo (2003), a análise das demonstrações contábeis surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário, com origem no final do século XIX, quando banqueiros americanos passaram a solicitar balanços às empresas tomadoras de empréstimos. Ao longo do tempo passou a ser realizada a comparação dos diversos itens do balanço. Alexander Wall, apresentou, a partir de 1919, um modelo de análise por meio de índices. Em 1925, Stephen Gilman, realizando algumas críticas à análise de coeficientes, propôs a realização de uma análise que indicasse as variações ocorridas nos principais itens do balanço em relação a um ano-base.

Segundo Marques (2004) e Iudícibus (2008) a Contabilidade, através de suas demonstrações, pode ser considerada como uma das mais importantes linguagens dos negócios e uma das principais fontes de dados utilizadas para fins de avaliação de desempenho das empresas, porém sua utilização carece de um entendimento de suas limitações de uso no processo decisório.

Segundo Assaf Neto (2007), a análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de relatar a situação econômico-financeira da empresa, as causas determinantes das variações, a situação atual e possíveis tendências para o futuro. Isso é feito através da análise econômico-financeira das demonstrações contábil-financeiras, que se utiliza, de maneira geral, para este fim, de uma série de índices calculados a partir de relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis.

Segundo Matarazzo (2003), o índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, com o intuito de fornecer visão ampla da situação econômico-financeira da empresa. A seleção dos índices e da quantidade desses deve estar relacionada com a profundidade desejada na análise e o seu objetivo. Padovese e Benedicto (2007)

acrescentam que a análise começa com a separação dos dados para a sua combinação, tendo o intuito de viabilizar a interpretação conforme o objetivo da análise, com a tradução das demonstrações contábeis em indicadores econômico-financeiros.

Porém, Matarazzo (2003), Marques (2004) e Assaf Neto (2007) destacam que apesar de ser fonte de informações necessárias a qualquer abordagem de análise de desempenho organizacional, a principal preocupação da análise contábil-financeira é fornecer uma avaliação genérica sobre diferentes aspectos da empresa em análise, todos vistos sob a ótica econômico-financeira, sem descer a um nível maior de profundidade, que só seria alcançada com a inclusão de outras informações estratégicas da organização em análise.

Matarazzo (2003) subdivide a análise de demonstrações contábil-financeiras em índices que evidenciam a situação financeira (estrutura e liquidez) e índices que evidenciam a situação econômica (rentabilidade). Assaf Neto (2007) complementa com alguns grupos de indicadores importantes tais como: a) cobertura das exigibilidades e dos juros; b) análise de ações; e c) indicadores de desempenho do imobilizado.

Nos quadros 2 a 5, a seguir, são apresentados, de forma sintética, alguns indicadores tradicionalmente utilizados nas análises das demonstrações contábeis e suas interpretações.

**Quadro 2 – Indicadores de estrutura**

Denominação	Fórmula	Interpretação
Alavancagem Financeira	$(\text{Lucro Operacional}) / (\text{Lucro op} - \text{Desp. Financeiras})$	Varição percentual no lucro líquido determinada por uma variação no lucro operacional, onde a capacidade de endividamento com custo menor que o retorno dos ativos possibilita aumentar essa relação.
Endividamento	$(\text{Capital de Terceiros}) / (\text{Patrimônio Líquido})$	A participação do capital de terceiros em relação ao capital próprio da entidade indica a dependência da empresa em relação aos recursos externos, com maior risco quanto mais alto o indicador.
Composição do Endividamento	$(\text{Passivo Circulante}) / (\text{Capital de Terceiros})$	Indica quanto das obrigações de curto prazo em relação ao capital de terceiros, onde quanto maior, mais pressão para a empresa gerar recursos para honrar seus compromissos em pouco tempo.
Dependência Financeira	$(\text{Passivo Total}) / (\text{Ativo Total})$	Revela a dependência da empresa com relação a suas exigibilidades, participação dos recursos de terceiros no montante investido de seus ativos.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$(\text{Ativo Permanente}) / (\text{Patrimônio Líquido})$	Indica o percentual do patrimônio líquido que está aplicado no ativo permanente. Quanto maior que 1, possivelmente a empresa está financiando o seu ativo imobilizado com capital de terceiros, com limitada capacidade de expansão dos investimentos.
Imobilização dos Recursos Não Correntes	$(\text{Ativo Permanente}) / (\text{PL} + \text{Exigível não circulante})$	Indica quanto dos recursos não correntes foi destinado ao ativo permanente, sendo que muito próximo de 1, indica que poucos recursos sobram para o giro da empresa e que existe imobilização do capital de terceiros.

Fonte: Matarazzo (2003), Assaf Neto (2007) e Padoveze e Benedicto (2007). Elaborado pelos autores do estudo.

**Quadro 3 – Indicadores de rentabilidade, cobertura das exigibilidades e juros e análise de ações**

Denominação	Fórmula	Interpretação
Giro do Ativo	$(\text{Vendas Líquidas}) / (\text{Ativo})$	Indica quanto que a empresa vende para cada R\$ 1 de investimento total.
Margem Líquida	$(\text{Lucro líquido}) / (\text{Vendas líquidas})$	Indica o percentual de lucro que empresa está obtendo em relação ao seu faturamento. Demonstra se as receitas (vendas ou serviços) são suficientes para cobertura de gastos e se sobra em forma de retorno para empresa.
Rentabilidade do ativo	$(\text{Lucro líquido}) / (\text{Ativos})$	Evidencia a lucratividade que os investimentos (ativo total) da empresa. Quando essa taxa é maior que o percentual pago na origem dos recursos, significa que a atividade da empresa agrega valor ao capital investido.
Rentabilidade operacional do ativo	$(\text{Lucro Operacional}) / (\text{Ativo Operacional})$	Torna mais relevante a rentabilidade do investimento sem ater em como o capital foi financiado, desvinculando o investimento do financiamento.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$(\text{Lucro líquido}) / (\text{Patrimônio Líquido})$	Evidencia o quanto os proprietários da empresa estão obtendo de retorno em relação aos seus recursos investidos no empreendimento.
Índice de Cobertura dos juros	$(\text{Lucro Operacional} + \text{Depreciação}) / (\text{Despesas Financeiras})$	Indicam quantas vezes o lucro operacional da empresa cobre a remuneração ao capital de terceiros, com evidência se as operações estão sendo suficientes para remunerar o capital de terceiros. Os "fundos" gerados pelas despesas de depreciação são utilizados para fazer frente à remuneração dos recursos de terceiros nesse caso.
Preço/ Lucro	$(\text{Preço}) / (\text{Lucro})$	Representa o tempo teórico de retorno do investimento acionário, não representando necessariamente uma realização de caixa, pois depende da política de dividendos.

Fonte: Matarazzo (2003), Assaf Neto (2007) e Padoveze e Benedicto (2007). Elaborado pelos autores do estudo.



**Quadro 4 – Indicadores de liquidez**

Denominação	Fórmula	Interpretação
Liquidez Geral	$(\text{Ativo Circulante} + \text{Real. a longo prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exig. a longo prazo})$	Indicar direitos a receber para fazer face a suas dívidas com terceiros. Quando esse indicador é maior do que 1, subteme que a empresa tem condições de pagar suas dívidas com os seus direitos realizáveis.
Liquidez Corrente	$(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$	Indica o quanto em direitos realizáveis no curto prazo para fazer frente a dívidas a serem honradas no mesmo período. Mensuração da saúde financeira.
Liquidez Seca	$(\text{Disponível} + \text{Títulos a receber}) / (\text{Passivo Circulante})$	Similar ao indicador anterior, considera apenas os ativos já convertidos ou de rápida conversibilidade. Refere-se a uma situação imediata para fazer frente à necessidade de quitação de obrigações correntes.

Fonte: Matarazzo (2003), Assaf Neto (2007) e Padoveze e Benedicto (2007). Elaborado pelos autores do estudo.

**Quadro 5 – Indicadores de desempenho do imobilizado**

Denominação	Fórmula	Interpretação
Produção por imobilizado	$(\text{Custo de Produção}) / (\text{Ativo Imobilizado Líquido})$	Denota o rendimento produzido pelas imobilizações, para estudo de conveniência de incremento ou modernização da capacidade produtiva da empresa.
Giro do imobilizado	$(\text{Montante de Vendas}) / (\text{Ativo Imobilizado Líquido})$	Número de vezes que o imobilizado da empresa transformou-se em dinheiro (girou) por meio das vendas.
Vida útil estimada	$(\text{Ativo Imobilizado Líquido}) / (\text{depreciação anual})$	Tempo teórico que resta em média para o ativo imobilizado da empresa (número anos restante).

Fonte: Matarazzo (2003), Assaf Neto (2007) e Padoveze e Benedicto (2007). Elaborado pelos autores do estudo.

Martins (2005a) cita que uma pequena quantidade de índices é suficiente para a extração das conclusões mais relevantes. Martins (2005b) ressalta a importância do conhecimento do negócio da empresa para a correta composição dos índices, onde rubricas podem requerer reclassificações que repercutem em alterações significativas dos indicadores. As rubricas e indicadores para o presente estudo foram selecionados com base no referencial deste tópico conjugado com a análise das principais alterações propostas pela nova legislação e o conjunto de rubricas sensibilizadas em virtude destas alterações.

#### 4 ESTUDOS ANTERIORES

Em referência a alguns estudos com objetivos similares, Miranda (2008) avaliou o impacto da adoção das normas do IFRS em indicadores econômico-financeiros de bancos europeus (Reino-Unido, França e Espanha), concluindo que houve alterações significativas em alguns indicadores. Lantto e Sahlstrom (2009), pesquisaram sobre impactos da adoção do IFRS em “Key Financial Ratios” na Finlândia, com evidências de mudanças na magnitude desses indicadores. Cordeiro, Silva e Couto (2007), concluem por impacto significativo da implementação do IFRS nos relatórios financeiros de empresas portuguesas negociadas no mercado de ações, com aumento nos valores de ativos, capital, dívidas e resultados líquidos.

Perramon e Amat (2006) analisaram os efeitos da implementação do IFRS na demonstração de resultado para uma amostra de empresas não-financeiras da Espanha, com a conclusão de que a implementação do IFRS causou diferenças materiais nas demonstrações de resultado dessas empresas. Já Callao, Jarne e Láinez (2007) fizeram um estudo do impacto em índices econômico-financeiros da adoção do IFRS na Espanha. Os autores concluíram que não houve impacto significativo com a mudança para os padrões internacionais.

Nesta linha, o trabalho de Niskaen, Kinnunen e Kasanen (2000), para empresas na Finlândia, mostrou que a mudança nos lucros do padrão local para o IAS (*International Accounting Standards*) não trouxe incremento significativo de relevância para essa informação contábil. Isso é corroborado pelo estudo de Morais e Curto (2008), que mostrou que, para empresas de Portugal os resultados apresentaram uma redução de relevância com a adoção das normas internacionais do IASB (*International Accounting Standards Board*).

O trabalho de Hung e Subramanyam (2007) revelou que o ativo total e o patrimônio líquido, bem como a variação do lucro e do patrimônio líquido, eram mais relevantes no IAS do que no padrão da Alemanha (HGB).

O'Connell e Sullivan (2008) investigaram o impacto da conversão obrigatória para o IFRS no resultado líquido em algumas das 80 maiores empresas na União Européia, constituintes do FSTEurofirt 80 index, concluindo que o incremento no resultado líquido foi estatisticamente significativo e que não existe diferença significativa de impacto entre os países.

O artigo de Barth, Landsman e Lang (2008) mostrou que, de maneira geral, a adoção de normas internacionais (IAS) em empresas de 21 países melhorou a relevância das informações contábeis, quando comparada com a adoção de padrões locais.

O trabalho de Vishnani e Shah (2008) mostrou que as novas informações trazidas pela DFC na Índia, que passou a ser obrigatória com a convergência às normas internacionais, não eram mais relevantes que as já existentes.

O estudo de Morais e Curto (2009) mostrou que, nos países Europeus, as informações em IAS/IFRS eram mais relevantes que as informações em GAAPs locais. Os autores também ressaltaram que a relevância das informações contábeis é maior quanto maior for a separação entre as contabilidades societária e fiscal.

Santos e Calixto (2009) abordaram a questão do conservadorismo no Brasil em seu trabalho, sob a premissa de que as informações com padrão internacional (trazido pela Lei 11.638/07) seriam menos conservadoras que as no padrão brasileiro até 2007. Os autores concluíram que, de maneira geral, pôde-se perceber, em relação ao LL e ao PL de 2007 e 2008, resultados, em média, maiores para nova norma em relação à norma anterior.

A pesquisa de Kadri, Aziz e Ibrahim (2009) mostrou que a mudança de padrão contábil na Malásia para o IFRS trouxe impactos significativos na relevância da informação do patrimônio líquido, pois este só passou a ser relevante com as normas internacionais.

Tsalavoutas e Evans (2009) exploraram o impacto da transição para o IFRS nas demonstrações contábeis de companhias abertas da Grécia, sendo constatado impacto significativo na posição financeira e em relatórios de desempenho, tanto em indicadores de liquidez como de resultado.

## 5 METODOLOGIA

A abordagem metodológica deve ser adequada para analisar o impacto das diferenças entre os procedimentos contábeis previstos antes e depois da Lei 11.638/07 nos indicadores econômico-financeiros do exercício de 2007, calculados com base nas demonstrações publicadas em 2008 (antes) e rerepresentadas em 2009 (depois), das empresas abertas que realizaram essa rerepresentação voluntária.

A presente pesquisa é caracterizada como descritiva. Segundo Gil (2002), este tipo de pesquisa procura descrever as características de determinada população ou fenômeno, incluindo aquelas que visam estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa ainda pode ser classificada na tipologia empírico-analítica, que, segundo Martins (1994), refere-se a abordagens que privilegiam estudos práticos, com propostas de caráter técnico, restaurador e incrementalista, com preocupação com a relação causal entre as variáveis.

A amostra da pesquisa é composta pelas companhias de capital aberto listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que rerepresentaram voluntariamente suas demonstrações de 2007 em 2009, contendo as alterações de critérios contábeis definidas pela Lei 11.638/07, MP 449/08 e Pronunciamentos do CPC para fins comparativos. Dentre as que rerepresentaram foram excluídas as companhias do setor financeiro, seguradoras e companhias de participação (*holdings*). As demonstrações contábeis foram coletadas no site da Bovespa por meio do sistema Divulgação Externa (DivExt). No final a análise foi feita considerando-se 75 empresas não financeiras listadas na Bovespa.

Os indicadores foram selecionados com base na revisão da literatura sobre análise de demonstrações contábeis e de acordo com a previsão do impacto das mudanças ocorridas nas

práticas contábeis adotadas no Brasil em rubricas que sensibilizem os indicadores. Ou seja, a escolha por um indicador em detrimento de outro se deu pelo fato do primeiro ser impactado pelas mudanças ocorridas e o segundo não sofrer qualquer alteração.

Os indicadores utilizados foram calculados da mesma forma tanto para as demonstrações referentes ao exercício de 2007 publicadas originalmente em 2008 quanto para as demonstrações referentes ao mesmo exercício de 2007 reapresentadas em 2009, com as alterações previstas pela Lei 11.638/07, MP 449/08 e Pronunciamentos Técnicos do CPC. Essa uniformidade metodológica possibilita a comparação dos indicadores.

Os indicadores econômico-financeiros selecionados para análise, tendo em vista os componentes das demonstrações contábeis potencialmente afetados pelas alterações na legislação societária diagnosticados na revisão de literatura sobre mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, foram os seguintes: (i) endividamento, (ii) rentabilidade, (iii) composição do endividamento, (iv) imobilização dos recursos não correntes e (v) participação do resultado financeiro nas despesas operacionais. Esses indicadores alcançam em seu cálculo os componentes das demonstrações que foram potencialmente afetados pelas mudanças nas práticas contábeis. Além desses indicadores, foram analisados os seguintes componentes contábeis de forma individual: (i) ativo imobilizado e (ii) lucro líquido. O primeiro componente foi selecionado por ter sido alvo de mudanças mais específicas (reconhecimento, reclassificação ou baixa) e o segundo foi selecionado por ser bastante representativo da análise de desempenho de empresas.

A análise setorial não foi realizada em decorrência de limitações amostrais. Foi inviável subdividir a amostra em setores devido ao reduzido número de observações que resultaria para amostra de cada setor.

Para o tratamento dos dados foi utilizado o pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 13.0. Com base no problema levantado e do objetivo de verificar se existem indícios de diferença significativa entre os índices calculados para as demonstrações contábeis do mesmo ano de 2007, antes e depois das alterações previstas pela Lei 11.638/07, algumas hipóteses estatísticas foram definidas. Para isso, foi testado se a média do índice calculado para os demonstrativos de 2007 antes da Lei 11.638/07 é igual à média do índice calculado para os demonstrativos de 2007 reelaborado depois da Lei 11.638/07, ou seja,  $H_0: i(\text{antes}) - i(\text{depois}) = 0$ . Logo,  $H_1: i(\text{antes}) - i(\text{depois}) \neq 0$ .

O referido teste justifica a aplicação de um teste de diferenças de médias para duas amostras emparelhadas. O teste foi aplicado para cada índice. Segundo Siegel e Castellan Jr. (2006), os testes para amostras emparelhadas são aplicados quando o pesquisador deseja estabelecer se dois tratamentos são diferentes ou se um tratamento é melhor do que o outro. No caso das demonstrações do ano de 2007, deseja-se testar se o tratamento dado pela lei 11.638/07 gera impacto significativo, tendo como base de medida os indicadores econômico-financeiros selecionados.

A escolha do teste para amostras emparelhadas dependerá da avaliação do pressuposto básico de que as variáveis (indicadores) tenham distribuição normal. Para teste do referido pressuposto foi utilizado o teste de “Komolgorov-Smirnov”, tendo como referência um nível de significância de 0,05. A análise prévia dos dados indica que os indicadores e componentes contábeis não apresentaram distribuição normal. Nesse caso, foram utilizados os dois testes não-paramétricos mais indicados para o caso de duas amostras emparelhadas: teste não-paramétrico dos “Sinais” e teste não-paramétrico de “Wilcoxon”.

O teste não-paramétrico dos sinais, de acordo com Siegel e Castellan Jr. (2006), é aplicado onde se quer determinar, para cada par de observações, qual é maior. No uso do teste se deseja estabelecer se duas condições ou tratamentos são significativamente diferentes, onde cada “sujeito”, para cada par combinado de observações, é seu próprio controle. Na aplicação desse teste a mensuração quantitativa não é possível. No caso da hipótese nula ser verdadeira

espera-se que o número de pares em que a variável depois do tratamento for maior é o mesmo que o número de pares em que a variável depois do tratamento é menor.

O teste não-paramétrico de “Wilcoxon”, segundo descrito por Siegel e Castellan Jr. (2006), além da informação sobre a direção das diferenças dentro dos pares, ainda considera a magnitude das diferenças, ou seja, quando a diferença entre as duas condições é maior, essa tem um maior peso do que um par onde a diferença é menor. No caso da hipótese nula ser verdadeira espera-se que a soma das diferenças de pares positivas seja praticamente igual à soma das diferenças de pares negativas. Diante da possibilidade de mensuração quantitativa, o teste não-paramétrico de “Wilcoxon” será aplicado no caso de não serem atendidos os pressupostos do teste paramétrico.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como dito anteriormente, a amostra é composta por 75 empresas de capital aberto que negociam ações na Bovespa de diversos setores da economia, exceto as financeiras, seguradoras e *holdings*.

A Tabela 1 a seguir apresenta estatísticas descritivas dos indicadores econômico-financeiros calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício de 2007 publicados originalmente em 2008.

**Tabela 1** – Estatísticas descritivas dos indicadores selecionados (antes)

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Endividamento	1,028	1,421	-2,161	8,524
Rentabilidade do PL	0,207	0,24	-0,16	1,401
Composição do endividamento	0,531	0,23	0,122	1
Imobilização dos recursos não correntes	0,623	1,069	-6,326	6,051
Participação do resultado financeiro nas despesas operacionais	0,06	0,986	-5,918	3,523

A Tabela 2 a seguir apresenta estatísticas descritivas dos indicadores econômico-financeiros calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício de 2007 rerepresentadas em 2009.

**Tabela 2** – Estatísticas descritivas dos indicadores selecionados (depois)

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Endividamento	1,051	1,428	-2,161	8,562
Rentabilidade do PL	0,21	0,242	-0,142	1,401
Composição do endividamento	0,532	0,233	0,12	1
Imobilização dos recursos não correntes	0,627	1,067	-6,326	6,051
Participação do resultado financeiro nas despesas operacionais	0,114	1,449	-11,249	2,877

Pode-se verificar a partir da comparação dos dados contidos nas Tabelas 1 e 2 que não há aparentemente mudanças significativas nas medidas estatísticas dos indicadores (i) endividamento, (ii) rentabilidade do PL, (iii) composição do endividamento e (iv) imobilização dos recursos não correntes. O indicador “participação do resultado financeiro nas despesas operacionais” apresentou uma variação diferenciada em relação aos demais indicadores em termos de média e valor mínimo. Destaca-se que essa análise comparativa é parcial e só pode ser confirmada com o teste estatístico específico de diferença de médias.

A Tabela 3 a seguir apresenta estatísticas descritivas de alguns dos componentes extraídos das demonstrações contábeis do exercício de 2007 publicados originalmente em 2008. Já a Tabela 4 a seguir apresenta estatísticas descritivas de alguns dos componentes extraídos das demonstrações contábeis do exercício de 2007 rerepresentadas em 2009.

**Tabela 3** – Estatísticas descritivas dos componentes selecionados (antes)

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Ativo imobilizado	2.092.328	8.210.889	-	68.937.428
Lucro líquido	166.398	1.032.488	-7.867.401	2.691.773

**Tabela 4** – Estatísticas descritivas dos componentes selecionados (depois)

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Ativo imobilizado	2.088.855	8.208.483	-	68.917.889
Lucro líquido	183.774	1.045.788	-7.867.401	2.889.217

Pode-se verificar a partir da comparação dos dados contidos nas Tabelas 3 e 4 que não há aparentemente mudanças significativas nas medidas estatísticas dos componentes (i) ativo imobilizado e (ii) lucro líquido. Destaca-se mais uma vez que essa análise comparativa é parcial e apenas pode ser confirmada com o teste de diferença de médias.

A Tabela 5 a seguir apresenta o resultado do teste não-paramétrico de diferença de médias para amostras emparelhadas para cada um dos indicadores, mostrando a estatística *Z*, o *p-value* e a decisão do teste baseado em um nível de significância de 0,05 para cada indicador.

**Tabela 5** – Diferença de médias – Indicadores

Variáveis	<i>Z</i>	<i>p-value</i>	Decisão
Endividamento	-3,562	0,000	Rejeitar $H_0$
Rentabilidade	-0,76	0,447	Não rejeitar $H_0$
Composição do endividamento	-0,436	0,663	Não rejeitar $H_0$
Imobilização dos recursos não correntes	-0,986	0,324	Não rejeitar $H_0$
Participação do resultado financeiro nas despesas operacionais	0,000	1,000	Não rejeitar $H_0$

A aplicação do teste foi realizada para toda a amostra de empresas de forma consolidada, com a análise sendo feita para cada índice econômico-financeiro utilizado. Os índices selecionados para análise foram: (i) Endividamento; (ii) Rentabilidade; (iii) Composição do endividamento; (iv) Imobilização dos recursos não correntes; e (v) Participação do resultado financeiro nas despesas operacionais.

O teste utilizado foi o teste não-paramétrico de Wilcoxon que foi explicado na seção 4 deste artigo. A decisão de “Rejeitar  $H_0$ ” pode ser interpretada como indicativo de existência de diferença significativa entre o indicador calculado para as demonstrações contábeis de 2007 originais e para as demonstrações contábeis de 2007 rerepresentadas para fins de comparação nos termos previstos pela Lei 11.638/07. Ou seja, a diferença entre o indicador antes e o indicador depois para a amostra selecionada é significativa. Quando ocorreu a decisão “Não Rejeitar  $H_0$ ”, indica para inexistência de diferenças significativas.

O resultado do teste emparelhado do indicador de endividamento demonstra que o *p-value* é menor que o nível de significância estabelecido, com a hipótese nula sendo rejeitada. Com isso, pode-se afirmar que, a um nível de significância de 0,05, a média dos índices de endividamento oriundos das demonstrações contábeis de 2007 “originais” para a amostra de 75 empresas é significativamente diferente da média dos índices de endividamento oriundos das demonstrações contábeis de 2007 “rerepresentadas” dessas mesmas empresas para fins comparativos nos termos previstos pela Lei 11.638/07.

O teste aplicado apontou para o fato de que existiu um número significativamente maior de empresas que aumentaram o índice de endividamento em comparação com aquelas que tiveram esse índice reduzido. Esse efeito pode ser derivado de alterações que afetaram o patrimônio líquido, com efeito maior na redução desse componente e sem efeito

compensatório no passivo ou com efeito de aumento no passivo das empresas e sem efeito compensatório no PL. As causas podem ser mudanças na mensuração de instrumentos financeiros, na avaliação de investimentos societários, o não reconhecimento de itens do ativo diferido, a baixa da reserva de reavaliação de bens do imobilizado e/ou o ajuste a valor presente de componentes do passivo exigível de longo prazo.

De forma geral, pode-se ter como efeito no componente em virtude das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07: a) a redução do componente patrimônio líquido (39 dos 44 casos em que ocorreu aumento do índice endividamento); b) o aumento do passivo exigível (26 dos 44 casos); e c) os dois simultaneamente (22 dos 44 casos). Entretanto, pode-se perceber um indicativo de que os efeitos no componente patrimônio líquido foram mais importantes como causa da diferença significativa do índice de endividamento entre os dois grupos “demonstrações de 2007 originais” e “demonstrações de 2007 reapresentadas”.

Nos demais indicadores analisados, o resultado do teste emparelhado demonstra que o *p-value* é maior que o nível de significância estabelecido, com a hipótese nula não sendo rejeitada. Com isso, pode-se afirmar que, a um nível de significância de 0,05, a média dos índices de rentabilidade, composição do endividamento, imobilização dos recursos não correntes e participação do resultado financeiro nas despesas operacionais, oriundos das demonstrações contábeis de 2007 “originais” para a amostra de 75 empresas não é significativamente diferente da média desses mesmos índices oriundos das demonstrações contábeis de 2007 “reapresentadas” dessas mesmas empresas para fins comparativos nos termos previstos pela Lei 11.638/07.

O teste aplicado apontou ainda os seguintes fatos:

(i) quanto ao índice de rentabilidade, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de 12 empresas, sendo que esse índice foi afetado em 26 empresas com sua redução e em 37 com seu aumento, mas sem magnitude significativa para alteração da média entre os dois grupos (antes e depois);

(ii) quanto ao índice de composição do endividamento, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de 24 empresas, sendo o índice afetado em 25 empresas com sua redução e em 26 com seu aumento, mas sem magnitude significativa para alteração da média ou para alguma tendência entre os dois grupos (antes e depois);

(iii) quanto ao índice de imobilização dos recursos não correntes, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de 12 empresas, sendo o índice afetado em 32 empresas com sua redução e em 31 com seu aumento, mas sem magnitude significativa para alteração da média ou para alguma tendência entre os dois grupos (antes e depois); e

(iv) quanto ao índice participação do resultado financeiro nas despesas operacionais, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de 5 empresas, sendo o índice afetado em 38 empresas com sua redução e em 32 com seu aumento, mas sem magnitude significativa para alteração da média ou para alguma tendência entre os dois grupos (antes e depois).

A Tabela 6 a seguir apresenta o resultado do teste não-paramétrico de diferença de médias para amostras emparelhadas para cada um dos componentes, mostrando a estatística *Z*, o *p-value* e a decisão do teste baseado em um nível de significância de 0,05 para cada indicador.

**Tabela 6 – Diferença de médias – Componentes**

Variáveis	Z	p-value	Decisão
Ativo imobilizado	-0,894	0,371	Não rejeitar $H_0$
Lucro líquido	-0,252	0,801	Não rejeitar $H_0$

A aplicação do teste foi realizada para toda a amostra de empresas de forma consolidada, com a análise sendo feita para cada componente utilizado. Os componentes selecionados para análise foram: a) Ativo imobilizado; b) Lucro líquido.

O teste utilizado foi o teste não-paramétrico dos Sinais que foi explicado na seção 4 deste artigo. A decisão de “Rejeitar  $H_0$ ” pode ser interpretada como indicativo de existência de diferença significativa entre o valor do componente para as demonstrações contábeis de 2007 originais e para as demonstrações contábeis de 2007 reapresentadas para fins de comparação nos termos previstos pela Lei 11.638/07. Ou seja, a diferença entre a média do componente antes e a média do componente depois para a amostra selecionada é significativa. Quando ocorreu a decisão “Não Rejeitar  $H_0$ ”, indica para inexistência de diferenças significativas. Foi empregado o teste dos Sinais nessa análise em decorrências deste teste desconsiderar a magnitude das diferenças dos pares de observações. Esse detalhe é importante porque a amostra é constituída por empresas com estruturas patrimoniais diferenciadas. Sendo assim, ponderar a magnitude da alteração nos componentes selecionados poderia enviesar a análise.

O resultado do teste emparelhado dos componentes “ativo imobilizado” e “lucro líquido” demonstra que o *p-value* é maior que o nível de significância estabelecido, com a hipótese nula não sendo rejeitada. Com isso, pode-se afirmar que, a um nível de significância de 0,05, a média dos componentes ativo imobilizado e lucro líquido, extraídos das demonstrações contábeis de 2007 “originais” para a amostra de 75 empresas não é significativamente diferente da média desses mesmos componentes extraídos das demonstrações contábeis de 2007 “reapresentadas” dessas mesmas empresas para fins comparativos nos termos previstos pela Lei 11.638/07.

O teste aplicado apontou ainda os seguintes fatos:

a) quanto ao ativo imobilizado, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de 30 empresas, sendo o componente afetado em 26 empresas com sua redução e em 19 com seu aumento, mas sem magnitude significativa para alteração da média entre os dois grupos (antes e depois);

b) quanto ao lucro líquido, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de 12 empresas, sendo o componente afetado em 30 empresas com sua redução e em 33 com seu aumento, mas sem magnitude significativa para alteração da média ou para alguma tendência entre os dois grupos (antes e depois).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal comparar os indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras de capital aberto, listadas na Bovespa, considerando as demonstrações do exercício de 2007 elaboradas com base nas “antigas” e nas “novas” práticas contábeis adotadas no Brasil e verificar a ocorrência de mudanças significativas nesses indicadores, oriundas do processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS). Para a consecução deste objetivo, foi desenvolvido um estudo empírico-analítico de natureza descritiva.

As evidências empíricas sugerem que a média do indicador de endividamento calculado a partir das demonstrações contábeis de 2007 “originais” é significativamente diferente da média do mesmo indicador de endividamento calculado a partir das demonstrações contábeis de 2007 “reapresentadas”. Ressalta-se que esse índice apresentou uma tendência de alta para as demonstrações contábeis de 2007 reapresentadas, com indícios de que a principal causa do aumento do índice ter sido a redução provocada no componente PL derivada das alterações na legislação societária.

Quanto à média dos indicadores de rentabilidade, composição do endividamento, imobilização dos recursos não correntes e participação do resultado financeiro nas despesas

operacionais, calculada com base nas demonstrações de 2007 “originais”, não tiveram indícios de diferença significativa com relação à média desses mesmos indicadores calculada com base nas demonstrações de 2007 “reapresentadas”.

As evidências sugerem ainda que a média dos componentes ativo imobilizado e lucro líquido extraídos das demonstrações de 2007 “originais”, não tiveram indícios de diferença significativa com relação à média desses mesmos componentes extraídos das demonstrações de 2007 “reapresentadas”.

As alterações encontradas para o endividamento estão em consonância com os resultados dos estudos de Lantto e Sahlstrom (2009) e de Cordeiro, Silva e Couto (2007). Já a ausência de impacto dos outros índices e contas vai de encontro com os resultados de Callao, Jarne e Laínez (2007). Especificamente em relação ao Lucro Líquido os resultados do presente estudo não corroboram os resultados dos estudos de Cordeiro, Silva e Couto (2007), O’Connell e Sullivan (2008), Tsalavoutas e Evans (2009) e Santos e Calixto (2009).

Em resposta à questão de pesquisa: existe mudança significativa (aumento) no índice de endividamento de companhias brasileiras com a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao período de 2007 de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, porém, essa diferença não é percebida nos demais índices analisados. Ressalta-se que estas conclusões se limitam à amostra e ao período analisado, tendo em vista a metodologia empregada na construção da pesquisa empírica.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BRASIL. *Lei n.º. 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e da Lei no 6.385 de 7 de dezembro de 1976 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
- BRASIL. *Lei n.º. 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
- BRASIL. *Medida Provisória n.º 449, de 3 de dezembro de 2008*. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição e dá outras providências.
- CALLAO, Susana; JARNE, José I.; LAÍNEZ, José A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 16, p. 148-178, 2007.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 13 out 2009.
- CORDEIRO, Rubem; SILVA, Francisco J. F; COUTO, Gualter. *Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal*. 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=969972>. Acesso em: 11 out. 2009.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HUNG, M.; SUBRAMANYAM, K. R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. *Review of Accounting Studies*, v. 12, p. 623-657, 2007.
- IUDÍCIBUS, S. *Análise de Balanços*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.



- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações* – Suplemento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- KADRI, M. H.; AZIZ, R. A.; IBRAHIM, M. K. Value relevance of book value and earnings: evidence from two different financial reporting regimes. *Journal of Financial Reporting & Accounting*, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2009.
- LANTTO, A. M.; SAHLSTROM, P. Impact of International Financial Reporting Standard Adoption on Key Financial Ratios. *Accounting & Finance*, v. 49, n. 2, p. 341-361, 2009.
- MARQUES, J. A.V. C. *Análise Financeira das Empresas: liquidez, retorno e criação de valor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- MARTINS, Eliseu. Análise crítica de balanços: parte I. *Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços*. São Paulo: nº 26, 2005a.
- MARTINS, Eliseu. Análise crítica de balanços: parte II. *Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços*. São Paulo: nº 31, 2005b.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1994.
- MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. São Paulo: 6.ed. Atlas, 2003.
- MIRANDA, Vanessa Lopes. *Impacto da adoção das IFRS (International Financial Reporting Standards) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia*. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São Paulo, 2008.
- MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. Accounting quality and the adoption of IASB Standards – portuguese evidence. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 48, p. 103-111, 2008.
- MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. Mandatory adoption of IASB Standards: value relevance and country-specific factors. *Australian Accounting Review*, v. 19, n. 49, p. 128-143, 2009.
- NISKANEN, J.; KINNUNEN, J.; KASANEN, E. The value relevance of IAS reconciliation components: empirical evidence from Finland. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 19, p. 119-137, 2000.
- O'CONNELL, V.; SULLIVAN, K. The Impact of Mandatory Conversion to IFRS on the Net Income of FTSEurofirst 80 Firms. *JARAF*, v. 3, n. 2, p.17-36, 2008.
- PADOVEZE, Clovis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. *Análise das demonstrações financeiras*. 2.ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- PERRAMON, Jordi. AMAT, Oriol. *IFRS Introduction and its effect on Listed Companies in Spain*. 2006. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1002516>. Acesso em: 11 out. 2009.
- SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados de 2008 das Empresas Brasileiras Abertas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2009, Fortaleza. *Anais do XVI CBC*. Fortaleza: ABCustos, 2009. 1 CD.
- SIEGEL, S; CASTELLAN JR., N. J. *Estatística Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- TSALAVOUTAS, Ioannis; EVANS, Lisa. *Transition to IFRS in Greece: Financial Statement Effects and Auditor Size*. 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1329150>. Acesso em: 11 out. 2009.
- VISHNANI, S.; SHAH, B. Kr. Value relevance of published financial statements – with special emphasis on impact of cash flow reporting. *International Research Journal of Finance and Economics*, v. 17, p. 84-90, 2008.